



ISSN: 2595-1661

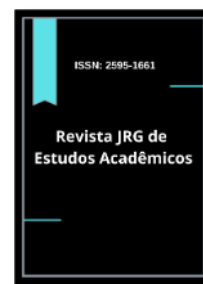
ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](https://portaldeperiodicos.capes.gov.br)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Psicologia, desastres e racismo ambiental: uma revisão crítica da produção científica brasileira

Psychology, Disasters and Environmental Racism: A Critical Review of Brazilian Scientific Literature

DOI: 10.55892/jrg.v9i20.2954

ARK: 57118/JRG.v9i20.2954

Recebido: 06/01/2026 | Aceito: 12/02/2026 | Publicado on-line: 13/02/2026

Nikolay Murati da Silva¹

<https://orcid.org/0009-0002-5797-8432>

<http://lattes.cnpq.br/1264350434723222>

Unesp, SP, Brasil

E-mail: nikolay.m.silva@unesp.br

Paulo Vitor Palma Navasconi²

<https://orcid.org/0000-0002-6330-5835>

<http://lattes.cnpq.br/7060069395317781>

Unesp, SP, Brasil

E-mail: paulo.navasconi@unesp.br



Resumo

Este artigo analisa criticamente a produção científica da Psicologia brasileira sobre emergências e desastres, com ênfase nos estudos que dialogam com a Atenção Primária à Saúde em territórios marcados por alta vulnerabilidade social. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases *SciELO* e *PePSIC*, contemplando artigos nacionais publicados nos últimos dez anos. A análise evidencia que a Psicologia dos desastres no Brasil constitui um campo ainda em consolidação, marcado por disputas epistemológicas entre abordagens individualizantes, centradas no trauma e na resposta emergencial, e perspectivas críticas que compreendem o desastre como fenômeno socialmente produzido. Observa-se baixa incorporação explícita de referenciais interseccionais e do conceito de racismo ambiental, bem como a invisibilidade relativa do Sistema Único de Saúde e da Atenção Primária como eixos estruturantes das análises. Conclui-se que o fortalecimento de uma Psicologia dos desastres territorializada, pública e antirracista é fundamental para a redução das vulnerabilidades e a promoção do cuidado em rede nos contextos de risco.

Palavras-chave: Psicologia dos desastres. Atenção Primária à Saúde. Racismo ambiental. Vulnerabilidade social.

¹ Graduando em Psicologia pela Unesp - Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Assis.

² Doutor em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)



Abstract

This article critically analyzes the Brazilian psychological scientific production on emergencies and disasters, with emphasis on studies that engage with Primary Health Care in territories marked by high social vulnerability. It is an integrative literature review conducted in the SciELO and PePSIC databases, including national articles published over the last ten years. The analysis indicates that Disaster Psychology in Brazil remains a field under consolidation, characterized by epistemological disputes between individualizing approaches centered on trauma and emergency response, and critical perspectives that understand disasters as socially produced phenomena. The findings reveal a limited explicit incorporation of intersectional frameworks and the concept of environmental racism, as well as the relative invisibility of the Unified Health System and Primary Health Care as structuring axes of analysis. The study concludes that strengthening a territorialized, public, and anti-racist Disaster Psychology is essential for reducing vulnerabilities and promoting network-based care in contexts of risk.

Keywords: Disaster psychology. Primary health care. Environmental racism. Social vulnerability.

1. Introdução

Nas últimas décadas, os desastres e as emergências têm ocupado lugar central no debate público, científico e político, não apenas pela ampliação de sua frequência e intensidade, mas, sobretudo, pelos efeitos desiguais que produzem sobre as populações. Em um mundo atravessado por crises climáticas, conflitos armados, pandemias, colapsos ambientais e aprofundamento das desigualdades sociais, esses eventos deixam de ser compreendidos como acontecimentos excepcionais e passam a integrar o cotidiano de grupos historicamente vulnerabilizados. As consequências desses processos extrapolam as perdas materiais imediatas, produzindo impactos profundos e duradouros na saúde física, mental e social, bem como na organização da vida comunitária e nos modos de existir nos territórios.

Embora frequentemente tratados como eventos pontuais ou naturais, os desastres e emergências constituem fenômenos complexos, socialmente produzidos e atravessados por relações de poder, desigualdades estruturais e processos históricos de marginalização. A intensificação de guerras, genocídios, secas, incêndios, enchentes, deslizamentos, endemias e pandemias ao longo dos séculos XX e XXI evidencia que tais eventos não se distribuem de maneira homogênea, atingindo de forma mais severa populações expostas a condições persistentes de vulnerabilidade social, racial, econômica e territorial.

O conceito de desastre, nesse sentido, é marcado por múltiplas definições e abordagens. Favero et al. (2014) destacam que sua compreensão exige a articulação de fatores físicos, sociais, políticos e econômicos, não podendo ser reduzida a um evento isolado. Apesar da diversidade conceitual, há convergências importantes entre as definições, especialmente no reconhecimento de que os desastres envolvem a existência de uma ameaça, natural ou antrópica, potencializada por condições de vulnerabilidade que ampliam os riscos e os impactos sobre determinadas populações. Soma-se a isso a insuficiência da capacidade local de resposta, o que demanda recursos externos, além da profunda reorganização da vida cotidiana no período pós-desastre, marcada por escassez, insegurança e elevado sofrimento coletivo.



Desastre é um processo que tem sua origem na interação entre seres humanos e seu contexto social (Britton, 1986), salientando-se que, mais do que um evento agudo, um desastre é a expressão aguda da vulnerabilidade em suas diferentes dimensões (física, social, ambiental, etc.). Os desastres desafiam a capacidade humana de resposta (Quarantelli, 1985), podendo trazer consigo perdas (Fritz, 1961) repentinas e prolongadas no tempo. Eles podem ser cíclicos ou escalonados, de início súbito e com grande potencial traumático (Garcia-Renedo et al., 2007; McFarlane & Norris, 2006); ou ainda, podem se desenvolver de maneira lenta, de modo a expor indivíduos e grupos a prolongados períodos de estresse (Favero, Sarriera, Trindade, & Galli, 2013). (Favero et al., 2014, p. 207).

Essa compreensão dialoga com as definições adotadas por organismos internacionais. A Organização Pan-Americana da Saúde define os desastres como eventos que interrompem o funcionamento normal de uma comunidade e excedem sua capacidade de resposta (OPAS, 2014). A Organização Mundial da Saúde amplia essa noção ao afirmar que os desastres resultam da combinação entre situações de perigo, condições de vulnerabilidade e capacidades insuficientes para reduzir as consequências negativas do risco (OMS, 2007), evidenciando seu caráter processual e socialmente construído.

Ao incorporar os fatores de risco e vulnerabilidade como centrais na definição de desastre, torna-se impossível dissociá-los da construção social da pobreza e das desigualdades estruturais. A ocupação de áreas de encosta, morros, margens de rios ou regiões ambientalmente degradadas, associada à ausência de saneamento básico, moradias precárias, insuficiência de infraestrutura urbana e negligência histórica do poder público, coloca determinadas populações em permanente situação de risco. No contexto brasileiro, essas populações são majoritariamente compostas por pessoas negras, nordestinas, indígenas urbanizadas e imigrantes, o que evidencia como o racismo estrutural e a desigualdade de classe operam na organização do território, na distribuição do solo urbano e no acesso à moradia e aos serviços públicos.

Nesse sentido, a noção de “desastres naturais” deve ser problematizada. Conforme aponta Heredia (2006), ao nomear um desastre como natural, enfatiza-se o evento em si e apagam-se as condições históricas de marginalização, exclusão e vulnerabilidade social que antecedem o ocorrido e que incidem diretamente na magnitude dos danos e no sofrimento produzido. Além disso, os desastres não se restringem a fenômenos ambientais, englobando também conflitos armados, genocídios, atentados, chacinas e guerras civis, cujos impactos sobre a saúde física e mental das populações são profundos, prolongados e frequentemente invisibilizados.

A Fundação Oswaldo Cruz (2018) propõe a classificação dos desastres em duas categorias principais: os desastres intensivos, caracterizados por eventos abruptos e de baixa frequência, como terremotos e tsunamis; e os desastres extensivos, que ocorrem de forma recorrente e cumulativa, impactando continuamente as condições de vida e a infraestrutura, como secas, enchentes graduais, queimadas e interrupções de serviços essenciais. No Brasil, embora não haja histórico expressivo de furacões ou grandes terremotos, Nunes (2015) aponta que cerca de 85% dos desastres estão relacionados a inundações, deslizamentos de terra e secas prolongadas, o que evidencia a centralidade dos desastres extensivos no cenário nacional.

Dados do IBGE (2017) indicam que, entre 2008 e 2012, mais de 1,4 milhão de pessoas foram atingidas por inundações ou enchentes graduais no território brasileiro, número que se intensificou de forma expressiva nos últimos anos, especialmente diante do avanço das mudanças climáticas. Nesse contexto, os meses finais de 2025 foram marcados por eventos climáticos extremos no Sul do país, incluindo a ocorrência de ciclones e tornados, evidenciando a ampliação e a complexificação dos riscos



socioambientais. Para além dos impactos físicos e materiais, os efeitos psicossociais desses eventos têm se mostrado alarmantes.

Essa realidade é intensificada pelo clima predominantemente tropical e pelo processo histórico de urbanização desordenada. O Informe Mundial sobre Desastres (2010), elaborado pela Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, aponta que o crescimento urbano sem planejamento e a elevada vulnerabilidade social configuram alguns dos principais desafios do século XXI, especialmente quando associados às mudanças climáticas, ampliando o risco de mortes, adoecimento e sofrimento psicossocial.

As emergências, por sua vez, diferenciam-se dos desastres por serem situações decorrentes desses eventos que demandam respostas imediatas do poder público, sem necessariamente exceder sua capacidade de resposta institucional (OMS, 2007; Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2017). Ainda assim, tanto em contextos de desastre quanto de emergência, a intensidade dos impactos e do sofrimento está diretamente relacionada ao grau de vulnerabilidade social, racial e territorial das populações atingidas.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a atuação de diferentes profissões na prevenção, mitigação, resposta e recuperação frente aos desastres, com destaque para a Psicologia. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2016), em consonância com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, cabe à Psicologia atuar nas cinco fases do desastre, prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, sobretudo por meio de sua inserção nas políticas públicas de Saúde e Assistência Social. Essa atuação deve estar orientada pelo cuidado em rede, pela defesa da vida e pela atenção às dimensões éticas, políticas e sociais do sofrimento.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar criticamente a produção científica da Psicologia sobre emergências e desastres, com ênfase nos estudos que dialogam com a Atenção Primária à Saúde em territórios marcados por alta vulnerabilidade social. Busca-se examinar de que modo a literatura tem compreendido e abordado os desastres, bem como identificar se e como são reconhecidas as dimensões do racismo ambiental, das desigualdades estruturais e dos marcadores sociais da diferença, como raça, classe e território. Além disso, pretende-se problematizar em que medida os estudos adotam, ou não, uma perspectiva interseccional, evidenciando lacunas, silenciamentos e limites analíticos na produção do conhecimento psicológico acerca dos desastres, do sofrimento psíquico e da distribuição desigual dos riscos.

2. Delineando os processos metodológicos

O presente artigo caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, desenvolvido por meio de uma revisão integrativa da literatura, método que possibilita mapear, sistematizar e analisar criticamente a produção científica existente sobre determinado tema, identificando tendências, lacunas, enfoques teóricos e limites analíticos. A opção pela revisão integrativa mostrou-se pertinente por permitir uma leitura ampliada e reflexiva da produção da Psicologia acerca das emergências e dos desastres, especialmente no que se refere à incorporação, ou ausência, de perspectivas interseccionais e do reconhecimento do racismo ambiental como elemento estruturante dos riscos e das vulnerabilidades.

As buscas referentes à primeira etapa do estudo foram realizadas nas bases de dados eletrônicas *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (*PePSIC*), por se tratar de repositórios relevantes para a divulgação da produção científica nacional no campo da Psicologia. Foram incluídos exclusivamente artigos científicos nacionais, publicados em língua portuguesa,



disponibilizados na íntegra e em acesso aberto, produzidos nos últimos dez anos, que abordassem, de maneira direta ou articulada, os temas da gestão de desastres e emergências, da Psicologia e do racismo ambiental. A delimitação temporal buscou contemplar produções publicadas nos últimos 10 anos, alinhadas às transformações contemporâneas no debate sobre desastres, mudanças climáticas e desigualdades sociais.

Os descritores utilizados nas buscas foram: *psicologia*; *prevenção*; *desastres*; *emergências*; *racismo ambiental*; *gestão de desastres*; *gestão dos riscos de desastres*; *psicologia e racismo ambiental*; *psicologia e desastres e emergências*; e *psicologia e gestão de desastres*. Esses descritores foram combinados de diferentes formas nas bases selecionadas, com o objetivo de ampliar a sensibilidade da busca, reduzir vieses de indexação e contemplar a diversidade de abordagens teóricas e metodológicas presentes na literatura psicológica sobre o tema.

Na etapa inicial de identificação, foram localizados 31 artigos. Em seguida, procedeu-se à exclusão de textos duplicados, publicados em outros idiomas e daqueles com período de publicação superior a dez anos, resultando em uma amostra preliminar de 20 artigos. A etapa subsequente consistiu na avaliação do ano de publicação e da leitura dos resumos, o que levou à exclusão de sete artigos cujos resumos não apresentavam correlação mínima com as temáticas propostas pela pesquisa, especialmente no que se refere à interface entre Psicologia, desastres, emergências e vulnerabilidade social.

A partir desse processo de triagem, 13 artigos foram selecionados para leitura integral. Durante essa etapa, um artigo foi excluído por se tratar de duplicação sob título distinto. Outros quatro artigos, embora dialogassem com temas centrais como racismo ambiental, políticas públicas, desigualdades territoriais e necropolítica, foram excluídos por situarem-se fora do escopo disciplinar da Psicologia, pertencendo majoritariamente aos campos do Direito e da Saúde Coletiva. Esse critério foi adotado com o objetivo de preservar a coerência analítica da revisão e garantir que a amostra final refletisse efetivamente a produção psicológica sobre o tema.

Ao final do processo de elegibilidade, a revisão concentrou-se em oito artigos, os quais articulavam, de forma direta, pressupostos da Psicologia ao campo dos desastres, das emergências e da atenção psicossocial, ainda que com diferentes níveis de aprofundamento teórico e político. Esses artigos compuseram o corpus analítico da pesquisa e foram submetidos à análise crítica, considerando-se a presença, ou ausência, de discussões sobre vulnerabilidade social, interseccionalidade, raça, território e racismo ambiental.

3. O que revela a produção científica sobre Psicologia e desastres?

Com relação à análise dos oito artigos selecionados e considerando as filtrações apresentadas no fluxograma (Quadro 1), observa-se que a distribuição dos periódicos evidencia a predominância de revistas classificadas como B1 na área da Psicologia, com presença reduzida de periódicos enquadrados nos estratos A1, A2 e A3. Esse dado não deve ser interpretado apenas como um indicador quantitativo de classificação, mas como um marcador das condições históricas, epistemológicas e políticas de produção do conhecimento no campo da Psicologia dos desastres no Brasil. A concentração da produção em periódicos de estratos intermediários sugere que se trata de um campo ainda em processo de consolidação, atravessado por disputas teóricas e metodológicas, e que ainda encontra barreiras para se inserir nos circuitos de maior prestígio e circulação científica.¹³

**Quadro 01: Perfil das revistas e Qualis/capes:**

REVISTAS	AVALIAÇÃO
Psicologia: Ciência e Profissão	A2
Estudos de Psicologia	A1
Revista Interinstitucional de Psicologia	A3
Revista Brasileira de Psicodrama	B1
Revista do Nufen Phenomenology and Interdisciplinarity	B1
Revista de Psicologia Política	B1
Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar	B1
Revista Brasileira de Terapias Cognitivas	B1
Total concentrado:	(1 - A1;A2;A3) (5 - B1)

Fonte: Elaborado pelos autores

Tal cenário revela, por um lado, a marginalidade relativa do tema dos desastres, emergências e racismo ambiental no interior da Psicologia brasileira e, por outro, as dificuldades enfrentadas por abordagens críticas, interseccionais e territorializadas para alcançar espaços editoriais historicamente orientados por paradigmas hegemônicos, clínicos e individualizantes. A baixa incidência de publicações em periódicos de maior impacto pode indicar não apenas um campo emergente, mas também um tensionamento entre diferentes projetos de Psicologia, aqueles voltados à normalização, à adaptação e ao manejo técnico da crise, e aqueles comprometidos com a análise estrutural das desigualdades, do racismo ambiental e das violências institucionais que atravessam os desastres.

Além disso, destaca-se a concentração regional das revistas na região Sudeste, com publicações pontuais no Centro-Oeste, Norte e Sul do país. Essa geografia editorial reflete a desigual distribuição das estruturas acadêmicas, dos programas de pós-graduação e dos recursos de pesquisa no Brasil, ao mesmo tempo em que reproduz uma lógica de centralização da produção científica em determinados polos institucionais. Tal concentração é particularmente problemática quando se considera que os desastres e emergências afetam de maneira mais intensa e recorrente territórios periféricos, racializados e historicamente negligenciados pelo Estado, localizados, em sua maioria, fora dos grandes centros acadêmicos do Sudeste.

Nesse sentido, a geografia das publicações não é neutra, mas expressa relações de poder que atravessam a ciência, definindo quais temas são considerados centrais, quais territórios produzem conhecimento legítimo e quais experiências permanecem sub-representadas ou silenciadas. A centralidade sudestina na produção sobre Psicologia dos desastres contrasta com a necessidade urgente de ampliar o diálogo com territórios marcados por vulnerabilidades extremas, onde os efeitos dos desastres são mais frequentes, duradouros e racialmente distribuídos. Assim, os dados analisados reforçam a necessidade de fomentar políticas editoriais, científicas e formativas que descentralizem a produção do conhecimento, valorizem saberes territorializados e ampliem a visibilidade de pesquisas comprometidas com a justiça social, ambiental e racial no campo da Psicologia.



Do ponto de vista cronológico, observa-se uma concentração significativa de publicações entre os anos de 2020 e 2021, período diretamente atravessado pela pandemia de COVID-19. Essa concentração não apenas sinaliza uma ampliação expressiva das discussões sobre emergências, desastres e saúde mental, como também evidencia o caráter reativo da produção científica diante de eventos críticos, fenômeno amplamente descrito na literatura internacional.

Quadro 02: Distribuição temporal dos artigos incluídos na revisão

Ano de publicação dos artigos	Nº de artigos
2015	1
2019	1
2020	2
2021	2
2024	2

Fonte: Elaborado pelos autores

A pandemia operou, assim, como um catalisador epistemológico, tensionando a Psicologia brasileira a refletir sobre crise, sofrimento, risco e práticas emergenciais, ao mesmo tempo em que expôs limites estruturais do campo para atuar de forma preventiva e territorializada. Neste sentido, esse dado sugere um crescimento recente do interesse da Psicologia pelo campo das emergências e dos desastres, especialmente em contextos atravessados por crises sanitárias, ambientais e sociais, como a pandemia de COVID-19 e o aprofundamento dos debates sobre mudanças climáticas e vulnerabilidades territoriais.

Observa-se, por outro lado, uma produção ainda incipiente em períodos anteriores, com apenas um artigo publicado em 2015 e um em 2019, o que indica que o campo, embora em expansão, permanece recente e em processo de consolidação no âmbito da Psicologia.

A análise da autoria revela a predominância de mulheres entre as(os) autoras(es), acompanhando uma tendência histórica da Psicologia no Brasil, marcada pela feminização da profissão. A presença majoritária feminina, inclusive em equipes mistas, reflete a inserção social da Psicologia em campos tradicionalmente associados ao cuidado, à saúde mental e às respostas às emergências.

Quadro 05: Gênero/autoria

ARTIGOS	AUTORES(AS)
Psicologia nas emergências: uma nova prática a ser discutida	Mariana Esteves Paranhos e Blanca Susana Guevara Werlang
Psicologias indígenas em desastres: Construção de linhas de cuidado ao Bem-viver de povos originários	Débora da Silva Noal, Luiz Felipe Barboza Lacerda, Camila Pinheiro Medeiros, Renato Antunes dos Santos, Ytanajé Coelho Cardoso, Lara Gonçalves Coelho, Beatriz Schmidt
Atuação do psicólogo na gestão integral de riscos e desastres: Uma revisão sistemática da literatura	Marina Padilha Ribeiro, Joanneliese de Lucas Freitas
Traumas, sociodramas construtivistas e EMDR: promoção de saúde com	Ana Maria Fonseca Zampieri



Pessoas afetadas por catástrofes naturais	
Emergências e desastres: atuação de psicólogos(as) de Orientação clínica em Santarém/PA	Eloísa Amorim de Barros, Mylena Socorro Corrêa de Sousa, Taynara da Silva Campos
Sobre as pessoas que habitam os territórios em risco	Juliana Catarine Barbosa da Silva, Jaileila de Araújo Menezes
Covid-19: relato de experiência com grupos terapêuticos para Colaboradores de um hospital de urgências	Danilo Pereira Lima, Ketlin Monteiro, Felipe de Oliveira, Marina Rodrigues Novais Pires
Intervenções de saúde mental e apoio psicossocial em resposta a Desastres: revisão sistemática	Gabriel Marcos Crociari, Neide Aparecida Micelli Domingos
TOTAL CONCENTRADO:	(17- M) (5-H)

Fonte: Elaborado pelos autores

Contudo, essa feminização da autoria não se traduz, necessariamente, em uma ruptura epistemológica, uma vez que os referenciais teóricos mobilizados permanecem, em grande medida, ancorados em matrizes hegemônicas. Destaca-se, ainda, a ausência de recorrência institucional entre os artigos analisados, com produções oriundas de diferentes centros e regiões do país, o que confere diversidade institucional e metodológica ao corpus analisado, ainda que essa pluralidade não garanta, por si só, heterogeneidade teórica ou política.

No que se refere às metodologias adotadas, os estudos analisados mobilizam estratégias variadas, incluindo revisões sistemáticas, análises narrativas, estudos de caso, pesquisas exploratórias, relatos de experiência e análises discursivas. Essa diversidade metodológica reflete a própria constituição heterogênea do campo da Psicologia dos desastres, ainda em processo de consolidação e marcado por disputas internas em torno de seus fundamentos epistemológicos, objetivos de intervenção e compromissos ético-políticos. Tal heterogeneidade, embora indique vitalidade do campo, também revela a ausência de consensos teóricos e a coexistência tensionada entre abordagens críticas e modelos centrados na clínica tradicional e na resposta emergencial individualizada.

Três dos artigos analisados adotam a Revisão Sistemática de Literatura (RSL) como metodologia central. Esse dado assume relevância analítica, uma vez que a escolha por esse tipo de revisão indica um esforço explícito de conferir legitimidade científica, rigor metodológico e reconhecimento institucional a um campo ainda percebido como incipiente no interior da Psicologia brasileira. A ênfase na sistematização do conhecimento, no mapeamento de diretrizes e na identificação de consensos teórico-técnicos sugere um movimento de profissionalização e institucionalização da Psicologia dos desastres, buscando inscrevê-la em padrões de evidência reconhecidos no campo científico. Contudo, tal movimento apresenta caráter ambivalente: se, por um lado, contribui para o fortalecimento e a visibilidade do campo, por outro tende a privilegiar abordagens normativas e universalizantes, frequentemente alinhadas à lógica biomédica e a modelos de intervenção centrados no indivíduo, em detrimento de leituras críticas, territoriais e interseccionais.

Em contraposição, outros artigos analisados recorrem a metodologias qualitativas, análises narrativas e relatos de experiência, descrevendo intervenções concretas



realizadas junto a vítimas, comunidades e equipes profissionais em contextos de desastre. Nessas produções, o território emerge como categoria central de análise, assim como a escuta situada, a valorização das experiências locais e a consideração de cosmologias específicas, como observado em estudos que abordam populações indígenas. Essas abordagens reconhecem práticas comunitárias de elaboração do sofrimento e de cuidado coletivo, deslocando o olhar da resposta técnica padronizada para processos singulares de enfrentamento, memória e reconstrução. Tal vertente metodológica evidencia uma preocupação com as especificidades culturais, sociais e territoriais dos contextos afetados, em contraste com modelos generalistas que caracterizam, historicamente, as respostas emergenciais tradicionais.

As metodologias discursivas, especialmente aquelas inspiradas em referenciais foucaultianos, ampliam ainda mais esse deslocamento analítico ao problematizar a produção social dos territórios de risco. Nesses estudos, o foco deixa de ser o evento catastrófico em si e passa a incidir sobre os dispositivos, discursos e práticas que constroem, naturalizam e governam a vulnerabilidade. O desastre, nessa perspectiva, não é compreendido como ruptura excepcional, mas como expressão de processos históricos, políticos e econômicos que organizam desigualmente a vida, a morte e o acesso à proteção social.

A análise teórica do conjunto dos artigos revela, assim, a existência de dois grandes blocos epistemológicos que estruturam a produção brasileira sobre Psicologia dos desastres. O primeiro, associado às abordagens hegemônicas, organiza-se em torno de um enfoque marcadamente individualizante. Nessa perspectiva, o desastre é concebido como um evento universal, entendido como um acontecimento que incide de forma relativamente homogênea sobre os sujeitos, independentemente de suas posições sociais, raciais ou territoriais. As respostas psicológicas, nesse enquadramento, privilegiam intervenções rápidas voltadas ao restabelecimento de uma suposta normalidade psíquica, o que se expressa no uso recorrente da Teoria da Crise e da Intervenção em Crise, da Psicologia Positiva, de práticas clínicas e preventivas centradas no indivíduo, bem como de técnicas como EMDR (*Eye Movement Desensitization and Reprocessing* – Dessensibilização e Reprocessamento por Movimentos Oculares) e da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), frequentemente mobilizadas como estratégias de estabilização emocional.

Nesses modelos, o sofrimento psíquico é majoritariamente interpretado como consequência direta do evento traumático, desvinculado de seus determinantes sociais, históricos e territoriais. A noção de vulnerabilidade, quando acionada, assume caráter despolitizado, sendo reduzida à fragilidade emocional dos indivíduos, o que contribui para o apagamento das desigualdades estruturais que condicionam tanto a exposição ao risco quanto as possibilidades de enfrentamento e recuperação. Trata-se, portanto, de um enquadramento que reforça uma Psicologia voltada à gestão individual do sofrimento, frequentemente desconectada das dinâmicas políticas, econômicas e raciais que produzem riscos, desastres e iniquidades, limitando seu potencial crítico e transformador.

Em contraposição às abordagens hegemônicas, um segundo conjunto de produções mobiliza referenciais críticos e, em alguns casos, perspectivas de caráter decolonial, ainda que nem sempre explicitadas nesses termos. Nesse bloco, o desastre deixa de ser compreendido como um “acidente” ou evento excepcional e passa a ser situado como fenômeno inscrito em tramas históricas de desigualdade racial, territorial e socioeconômica. Os artigos enfatizam elementos como a noção de *bem viver* presente em psicologias indígenas, os princípios da atenção psicossocial e da psicologia comunitária,



bem como discussões que compreendem a vulnerabilidade como herança colonial e expressão de um racismo ambiental que, mesmo quando não nomeado diretamente, atravessa a distribuição desigual dos riscos e de seus impactos. Destacam-se, ainda, análises inspiradas em referenciais foucaultianos, que examinam os discursos de risco e os dispositivos por meio dos quais determinados corpos e territórios são produzidos como descartáveis. Nessa perspectiva, o desastre jamais é universal: seus efeitos recaem de forma desproporcional sobre populações historicamente submetidas à precariedade cotidiana, à segregação urbana, à pobreza e ao racismo. O papel da Psicologia, portanto, é deslocado da resposta emergencial pontual para a necessidade de uma atuação preventiva, comunitária, intersetorial e politicamente implicada.

Nos artigos que se posicionam de maneira crítica à lógica hegemônica do cuidado, observa-se uma abordagem mais abrangente dos determinantes sociais da saúde, incorporando dimensões políticas, econômicas, culturais, territoriais e raciais. Mesmo na ausência da nomeação explícita do conceito de racismo ambiental, a lógica que o sustenta aparece de forma recorrente: populações pobres, negras, indígenas e periféricas são sistematicamente alocadas em áreas de maior risco e com menor acesso às políticas públicas e aos dispositivos de proteção social. As catástrofes deixam, assim, de ser interpretadas como fenômenos naturais inevitáveis e passam a ser compreendidas como expressões de processos históricos e sociais de desigualdade. Em contraste, nas abordagens hegemônicas, os determinantes sociais tendem a aparecer de forma superficial, frequentemente diluídos em noções genéricas de vulnerabilidade que não dão conta das estruturas políticas, econômicas e raciais que configuram o risco.

Outro aspecto relevante diz respeito à quase completa invisibilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) na literatura analisada. Embora concepções relacionadas à saúde mental e à atenção psicossocial sejam mobilizadas de modo indireto, são raras as descrições substantivas da atuação de psicólogas(os) inseridas(os) na rede pública em contextos de desastre. Apenas três artigos mencionam explicitamente políticas públicas, como a Política Nacional de Saúde da População Indígena (PNSPI) ou o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, evidenciando um hiato expressivo entre a prática psicossocial em emergências e a estrutura institucional do SUS. Essa lacuna compromete a construção de respostas integradas, democráticas e territorializadas, fundamentais para a realidade brasileira, marcada por profundas desigualdades regionais e sociais.

A formação profissional em Psicologia também se apresenta como um eixo crítico. Apenas dois artigos discutem de maneira direta as fragilidades da formação para a atuação em desastres, apontando a ausência sistemática do tema nos currículos, a baixa articulação entre psicologia comunitária, saúde coletiva e gestão de riscos, bem como a centralidade persistente do modelo clínico-individual. Esses limites formativos reverberam diretamente na prática profissional, produzindo psicólogas(os) que chegam aos contextos de desastre sem preparo adequado para compreender suas dimensões sociopolíticas, territoriais e intersetoriais.

Dessa forma, a análise dos artigos permite afirmar que a Psicologia dos desastres no Brasil constitui um campo em formação, marcado por disputas epistemológicas e por lacunas estruturais importantes. O campo oscila entre leituras individualizantes, que tendem a universalizar o sofrimento e as respostas emocionais, e abordagens críticas que compreendem o desastre como fenômeno político, produzido por desigualdades históricas e estruturais. Evidencia-se a necessidade urgente de incorporar, de modo sistemático, elementos como raça, classe, território, políticas públicas e SUS às discussões e práticas da área, bem como de fortalecer perspectivas comunitárias, antirracistas e coletivas. Ao mesmo tempo, identifica-se um deslocamento promissor: cresce o número



de produções que retiram o foco do indivíduo isolado e o recolocam no território; que substituem a leitura da crise intrapsíquica pela compreensão da crise sociopolítica; e que deslocam o olhar do evento pontual para as condições históricas que produzem vulnerabilidade. Esse movimento aponta para a possibilidade de construção de uma Psicologia dos desastres enraizada na realidade brasileira, comprometida com a justiça social, a saúde coletiva, a crítica antirracista e práticas efetivamente territorializadas.

4. Do evento à estrutura, o desastre como expressão da desigualdade

A partir do que foi exposto, a produção científica analisada permite sustentar uma tese central: a Psicologia dos desastres, no Brasil, ainda oscila entre uma racionalidade de resposta, frequentemente reativa e individualizante, e a construção gradual de uma agenda crítica e territorializada que reconhece o desastre como fenômeno político, historicamente produzido pela desigual distribuição de proteção, infraestrutura e direitos. Essa oscilação não é apenas teórica, ela revela disputas sobre o que conta como sofrimento legítimo, sobre quais vidas importam e sobre quais territórios são considerados “protegíveis” ou descartáveis. Por isso, entende-se que discutir Psicologia e desastres exige deslocar o olhar do evento (o “momento” da calamidade) para os processos que produzem risco e vulnerabilidade, incluindo o modo como o Estado organiza a cidade, define prioridades de investimento e administra desigualdades raciais e de classe.

Nesse sentido, a inserção da Psicologia no campo da prevenção e da gestão integral de riscos e desastres não pode ser pensada como um apêndice técnico da emergência, mas como uma tarefa estrutural do cuidado em saúde e da proteção social. A literatura internacional e os marcos normativos enfatizam a necessidade de atuação nas cinco fases do desastre, prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação e, no Brasil, o Conselho Federal de Psicologia (2019) vem reiterando esse compromisso ao alinhar a prática profissional à Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e às políticas públicas do SUS e do SUAS. Contudo, os próprios achados do estudo indicam que esse alinhamento ainda não se traduz, de modo consistente, em uma presença orgânica da Atenção Primária à Saúde e do SUS como eixos estruturantes das análises. A quase invisibilidade do SUS em parte significativa da produção não é um detalhe, ela expressa um limite epistemológico e político, porque, em contextos de desastre, o que está em jogo é precisamente a capacidade concreta de redes públicas, territoriais, intersetoriais e continuadas, sustentarem cuidado, proteção e reconstrução.

A Atenção Básica/APS ocupa posição estratégica nessa discussão. Por ser a porta de entrada do sistema, por possuir capilaridade territorial e por constituir vínculos entre equipes e população adscrita, a APS reúne condições singulares para transformar a prevenção em prática cotidiana, e não em ação episódica. Não se trata apenas de responder melhor quando o desastre acontece, mas de reduzir a exposição, fortalecer redes comunitárias e produzir leitura territorial do risco antes que a catástrofe se materialize. Essa compreensão desloca a Psicologia de um lugar de “atendimento ao trauma” para um lugar de coprodução de cuidado, vigilância e proteção social (CREPOP, 2021). Em outras palavras, se “um desastre é a expressão aguda da vulnerabilidade”, então atuar em desastres é, necessariamente, atuar sobre vulnerabilidades crônicas que já atravessam a vida cotidiana: saneamento ausente, moradia precária, violência institucional, insegurança alimentar, acesso desigual à água e à mobilidade, racismo e segregação socioespacial (NOAL et al. 2016).

É aqui que o conceito de território se torna decisivo. Território não é apenas chão, relevo ou delimitação geográfica, é uma trama de relações sociais, políticas e simbólicas



onde se produzem subjetividades, pertencimentos e memórias (Santos, 2002). Quando o desastre incide sobre um território, não rompe apenas estruturas físicas, rompe circuitos de vida, redes de apoio, rotinas, formas de identificação e sentidos coletivos de continuidade. Para povos tradicionais, isso é ainda mais radical, o território é dimensão simbólica e mitológica conectada a ancestralidades e à própria possibilidade de existência coletiva. Mesmo nos contextos urbanos, território segue sendo lugar de enraizamento e de produção de sentido, razão pela qual a perda territorial, por enchentes, deslizamentos, reassentamentos forçados, remoções ou contaminações, deve ser compreendida também como perda imaterial, com efeitos psicossociais e comunitários prolongados. Daí a insuficiência de modelos clínicos que tomam o sofrimento como efeito intrapsíquico e universal de um evento, sem considerar que a experiência do risco e do dano é racialmente distribuída e politicamente produzida.

A categoria “vulnerabilidade”, por sua vez, requer atenção crítica. Em muitos usos institucionais, vulnerabilidade aparece como eufemismo técnico que descreve grupos “frágeis” ou “em risco”, mas sem nomear as estruturas que produzem esse risco. Quando vulnerabilidade é reduzida a atributo individual ou a condição abstrata, a política desaparece e a responsabilidade se desloca: deixa de ser da cidade, do Estado e das escolhas estruturais, e passa a ser do sujeito “vulnerável” (CARMO; GUIZARDI, 2018). Por isso, a discussão precisa recuperar a dimensão histórica e social da vulnerabilização, quem é tornado vulnerável, por quais processos, em quais territórios e com quais consequências. Nesse ponto, a interseccionalidade não é um “acréscimo” teórico; ela é condição de inteligibilidade do fenômeno. Raça, classe, gênero, território e geração organizam a exposição ao risco, o acesso desigual à proteção e, inclusive, a legitimidade do sofrimento reconhecido como digno de cuidado.

Esse quadro se torna ainda mais nítido quando se introduz o racismo ambiental como chave interpretativa. Racismo ambiental não é apenas a intenção racista explícita, ele se expressa também por meio de decisões e omissões que produzem impacto racial desproporcional, como a concentração de lixões, aterros, áreas de contaminação e ocupações precárias em territórios racializados; a ausência de saneamento em bairros periféricos, a desproteção de encostas e margens de rios, e a naturalização da morte em regiões pobres (BULLARD, 2004). Ao nomear o racismo ambiental, desloca-se o debate da “fatalidade climática” para a injustiça social, desastres não são neutros, e a distribuição dos danos revela hierarquias históricas que definem quem terá água potável, quem terá rede de esgoto, quem terá alerta precoce, quem será removido, quem será indenizado e quem será deixado para reconstruir a vida com as próprias mãos. Assim, o desastre funciona como amplificador de desigualdades já existentes e como dispositivo de gestão diferencial da vida e da morte, o que explica por que certas populações “reincidem” na tragédia, não porque não aprenderam a se prevenir, mas porque lhes foi negado o direito material de viver fora do risco, e consequentemente a realidade que se instala é a realidade pautada e centralizada na política da morte (MBEMBE, 2018), onde não se importa como e onde se nasce, tampouco como se vive e morre.

Nessa perspectiva, a Psicologia na APS tem um papel que é simultaneamente clínico, comunitário e político. Clínico, porque o sofrimento existe, é real e demanda cuidado, comunitário, porque o sofrimento não se reduz ao indivíduo e se organiza em redes, vínculos e sentidos coletivos, e político, porque o sofrimento é produzido por escolhas estruturais e por violências institucionais que precisam ser enfrentadas. Isso implica recusar o lugar de “gestora emocional da crise” e assumir uma atuação comprometida com a reconstrução do cotidiano, com a defesa de direitos e com a produção de estratégias coletivas de proteção, bem como, assumir um papel implicado e



de compromisso social, ético e sobretudo, político (Martin Baró, 1996). Implica também evitar que a Psicologia seja capturada por uma lógica de patologização, individualização e principalmente a lógica da normalização, isto é, pelo objetivo de fazer sujeitos “voltarem ao normal” para que a vida social siga funcionando como antes, ainda que antes já fosse marcada por precariedade e desproteção. Em contextos de desastres extensivos, essa normalidade é, muitas vezes, a própria catástrofe cotidiana (PACHECO, 2006/2008).

Ao mesmo tempo, os resultados da revisão sugerem que a produção psicológica ainda é fortemente atravessada por modelos hegemônicos, centrados em trauma, crise e estabilização emocional, frequentemente importados e universalizados como se fossem plenamente aplicáveis à realidade brasileira. Esse movimento não é apenas técnico, ele é epistemológico, ou seja, protocolos produzidos no Norte global tendem a supor instituições estáveis, rede pública robusta e proteção social minimamente garantida. No Brasil, onde a precarização é estrutural e a proteção é desigual, a mera transposição de modelos pode produzir desajustes: desconsidera repertórios comunitários de cuidado, ignora cosmologias específicas (como no caso de povos indígenas) e minimiza as condições materiais que determinam o sofrimento. Nesse ponto, a crítica não é rejeição do cuidado clínico, mas recusa do reducionismo. É possível manejar crises sem reduzir o desastre a trauma; é possível acolher sem individualizar a causa; é possível atuar no pós-evento sem abandonar a prevenção e a leitura estrutural do risco.

Por fim, a discussão exige recolocar a Defesa Civil e o setor saúde em uma mesma cena analítica, sem hierarquizar um como “técnico” e outro como “humano”. O cuidado psicossocial não pode aparecer como etapa posterior ao resgate físico, ele precisa compor, desde o início, os planos de contingência, os dispositivos de preparação e os fluxos intersetoriais. Quando se afirma que a APS deve conhecer o território, produzir vínculo e mapear vulnerabilidades, isso significa produzir capacidade antecipatória, reconhecer onde vivem as pessoas mais expostas, quais redes comunitárias existem, quais recursos simbólicos e materiais sustentam a vida, quais rotas de fuga são possíveis, quais equipamentos públicos podem operar como abrigos e quais grupos serão mais atingidos pela interrupção do trabalho, da escola, do transporte e do acesso à água (CFP, 2019). Do contrário, a emergência será sempre imprevisto, e o imprevisto, em sociedades desiguais, quase sempre custa mais caro para quem já vive no limite.

Assim, os resultados desta revisão apontam que fortalecer a Psicologia no campo dos desastres implica, necessariamente, fortalecer uma Psicologia territorial, pública e antirracista, capaz de articular prevenção, cuidado em rede e análise estrutural. Implica também produzir uma agenda formativa que inclua desastres e emergências como tema regular nos currículos, articulando Psicologia Social Comunitária, Saúde Coletiva, RAPS, SUAS, vigilância em saúde, justiça ambiental e políticas de defesa civil. Apenas com esse deslocamento, do evento para o processo, do indivíduo para o território, da crise para a estrutura, a Psicologia poderá contribuir para uma gestão integral dos riscos que não apenas responda ao desastre, mas reduza desigualdades e amplie as condições concretas de vida e proteção nos territórios afetados.

5. Considerações Finais

Este estudo, ao analisar criticamente a produção científica nacional da Psicologia sobre emergências e desastres, evidencia que se trata de um campo ainda em consolidação no Brasil, marcado por disputas epistemológicas e por lacunas analíticas importantes. A revisão integrativa demonstrou que a produção tende a se concentrar em anos recentes, especialmente no período atravessado pela pandemia de COVID-19, sugerindo uma dinâmica reativa do campo diante de eventos críticos. Ao mesmo tempo,



os achados revelam que a presença do tema em periódicos de maior prestígio ainda é reduzida, o que pode sinalizar tanto a condição emergente da área quanto as barreiras estruturais enfrentadas por abordagens críticas, territorializadas e interseccionais para ocuparem circuitos editoriais historicamente orientados por paradigmas clínicos e individualizantes.

Do ponto de vista teórico, a análise do corpus permite afirmar que coexistem, na Psicologia dos desastres, ao menos dois grandes blocos de compreensão e intervenção. Um primeiro, hegemônico, privilegia modelos centrados na crise, no trauma e na estabilização emocional, frequentemente amparados por repertórios técnico-protocolados e por leituras universalizantes do sofrimento. Nesse enquadramento, o desastre tende a ser concebido como evento excepcional, e a vulnerabilidade aparece, muitas vezes, de maneira despolitizada, deslocada das condições históricas e materiais que organizam a exposição diferencial ao risco. Um segundo bloco, ainda minoritário, mobiliza perspectivas críticas, comunitárias e territorializadas, reconhecendo o desastre como fenômeno socialmente produzido, atravessado por desigualdades estruturais e por tramas históricas de racialização do território, precarização da vida e desproteção estatal. Nesse conjunto de produções, ainda que o conceito de racismo ambiental nem sempre seja nomeado explicitamente, sua lógica emerge ao evidenciar que os riscos e seus efeitos são distribuídos de forma desigual, recaindo de modo desproporcional sobre populações negras, pobres, indígenas e periféricas.

Um achado particularmente relevante refere-se à baixa centralidade do SUS e da Atenção Primária à Saúde na literatura analisada. Embora a APS possua capilaridade territorial, potencial de vínculo e posição estratégica para ações de prevenção, mitigação e preparação, observa-se um hiato entre a formulação normativa e a produção científica psicológica sobre desastres no país. Essa invisibilidade do SUS não apenas fragiliza a construção de respostas integradas e democráticas, como também restringe a possibilidade de deslocar a Psicologia do lugar de “resposta ao evento” para um lugar de atuação cotidiana sobre vulnerabilidades crônicas. Em contextos de desastres extensivos, recorrentes e cumulativos, a prevenção não pode ser tratada como etapa acessória: ela precisa ser compreendida como política de cuidado, com base territorial, intersetorial e continuada, articulando saúde, assistência social, defesa civil, educação e participação comunitária.

A discussão realizada ao longo do artigo permite sustentar que fortalecer a Psicologia no campo dos desastres implica fortalecer uma Psicologia pública, territorial e antirracista, capaz de articular cuidado psicossocial, defesa de direitos e análise estrutural das desigualdades. Isso requer superar leituras que reduzem o sofrimento ao plano intrapsíquico e reconhecer que, em sociedades profundamente desiguais, desastres funcionam como analisadores das formas de gestão diferencial da vida e da morte. Assim, a atuação psicológica não pode ser compreendida apenas como manejo de sintomas, mas como parte de uma agenda ampliada de proteção social, reconstrução do cotidiano, fortalecimento de redes comunitárias e enfrentamento das violências institucionais que produzem e reiteram os territórios de risco.

Quanto aos limites do estudo, destaca-se que a revisão se restringiu a duas bases de dados (*SciELO* e *PePSIC*), a artigos em língua portuguesa e ao recorte temporal de dez anos, o que pode ter excluído produções relevantes publicadas em outras bases, formatos e idiomas. Além disso, o número final de artigos incluídos, embora suficiente para análise crítica, reforça o diagnóstico de que o campo permanece pouco consolidado no interior da Psicologia brasileira, especialmente quando se trata de integrar a discussão de racismo ambiental e interseccionalidade de forma sistemática.



Por fim, torna-se incontornável afirmar que não há possibilidade real de prevenção, mitigação ou oferta de cuidado em contextos de desastres sem o reconhecimento explícito do racismo ambiental como fundamento estruturante da organização social, territorial e política do Brasil. Tratar desastres como fenômenos neutros ou meramente climáticos significa reiterar a lógica colonial que historicamente definiu quais vidas seriam protegidas e quais poderiam ser expostas ao risco, à precariedade e à morte. Um país fundado sobre a escravização, a expropriação territorial e a hierarquização racial não produz vulnerabilidades de forma aleatória: ele as distribui racialmente. Nesse sentido, pensar prevenção sem enfrentar o racismo ambiental implica operar apenas no plano da gestão da crise, sem tocar nas estruturas que produzem reiteradamente os territórios de risco. Reconhecer a matriz racial colonial que molda o Estado, a cidade e as políticas públicas não é um adendo teórico, mas condição ética e política para a construção de práticas de cuidado efetivamente comprometidas com a defesa da vida, a justiça ambiental e a redução das desigualdades nos contextos de desastre.

Como agenda de pesquisa e de formação, os achados apontam para a urgência de ampliar estudos que: (a) articulem explicitamente desastres, racismo ambiental e interseccionalidade; (b) descrevam experiências concretas de atuação de psicólogas(os) no SUS e no SUAS em contextos de risco e desastre; (c) analisem criticamente a importação de protocolos e modelos universais, valorizando práticas situadas e saberes territoriais; e (d) produzam diretrizes formativas e curriculares que incluam desastres e emergências como tema estruturante, conectando Psicologia Social Comunitária, Saúde Coletiva, Vigilância em Saúde, RAPS, justiça ambiental e políticas de proteção e defesa civil. Em síntese, apenas com o deslocamento do evento para a estrutura, do indivíduo para o território e da resposta para a prevenção, será possível consolidar uma Psicologia dos desastres comprometida com justiça social, ambiental e racial e com o cuidado em rede nos territórios mais atingidos.

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz. **Racismo estrutural**. Sílvio Luiz de Almeida. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI, in Henri Acselrad; Selene Herculano; José Augusto Pádua, Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: **Relume** Dumará, 40-68, 2004

CARVALHO, A. C., BORGES, I. A trajetória histórica e as possíveis práticas de intervenção do psicólogo frente às emergências e os desastres. In: **Anais do 5o Seminário Internacional de Defesa Civil – DEFENCIL**. 2009.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. **Emergências e desastres**: nota técnica sobre atuação de psicóloga (o)s em situações de emergências e desastres, relacionadas com a política de defesa civil. Brasília; 2013 [acesso em 2024 nov. 11].

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres**. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — 1. ed. — Brasília: CFP, 2021.



FAVERO, E., SARRIERA, J. C., & TRINDADE, M. C. (2014). O desastre na perspectiva sociológica e psicológica. **Psicologia em Estudo**, 19(2), 201-209.

FIOCRUZ. **Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres**. Carlos Machado de Freitas, Maíra Lopes Mazoto e Vânia da Rocha. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz/Secretaria de Vigilância em Saúde, 159 p. 2018.

NOAL, D.S., OLIVEIRA, S.S, Alpino T.M.A. ROCHA, V. **Gestão local de Desastres Naturais para a Atenção Básica**, UNIFESP e UNA-SUS, São Paulo 2016.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Ministério da Saúde. **Desastres Naturais e Saúde no Brasil**. (Série Desenvolvimento Sustentável e Saúde, 2) 2014. Brasília: Autor. 2014.

PACHECO, T., “**Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**”, I Seminário Cearense contra o Racismo ambiental. Fortaleza (mimeo).2006.

PACHECO, T. Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania Publicado originalmente em: SRH (org.). **Justiça pelas Águas: enfrentamento ao Racismo Ambiental**. Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos, 2008. p.11-23.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SANTOS, M. O retorno do território. In **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ Annablume. 2002.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, e00101417, 2018. DOI: 10.1590/0102-311x00101417.

Martin-Baró, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**. 1996, 2(1), 7-27.